# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA
## ACTA N.º 7/03

## SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2003

## 25 de Setembro de 2003

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**
**Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.**
**Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.**

Membros presentes: Todos, com excepção do senhor Vítor Pedro da Conceição Gonçalves conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, e os senhores Vereadores Amadeu Matias, Carla Tavares, Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Evangelista, Maria João Bual e Vasco Jardim.

Verificado o Quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que os senhores Presidentes da Junta de Freguesia da Buraca e de S. Brás se fizeram representar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo n.º 38.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, pelos senhores Luís Miguel Lourenço Ascenção e Luís Marques Pires respectivamente (Documentos anexos à presente Acta).

## I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que solicitaram a sua substituição, ao abrigo do n.º. 1 do Artº. 79º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, os senhores João Lourenço Vieira, do CDS-PP, no período de 23 a 28 de Setembro, Luís Manuel Isidro Guarita do PSD, na Sessão de hoje, e António Santos, do BE, no período de 22 de Setembro a 10 de Outubro.
( Documentos anexos à presente Acta).

Informou ainda que o substituto do senhor António Santos, senhor Aníbal Ferreira Ramos, assumiu funções em 22 de Setembro, data em que reuniu a Comissão de Ambiente e que a vaga da senhora Noémia Ferreira Bandeira Lopes foi preenchida, nos termos do n.º. 1 do Artº. 79º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, pelo senhor José Carlos Cardoso Correia
( Documentos anexos à presente Acta).

Informou também de que, em conformidade com o n.º. 2 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, os membros substitutos são os senhores José Luís Pais Vacas de Carvalho, do CDS-PP e Rafael Duarte dos Santos Evaristo, do PSD. Foi dada posse ao senhor Rafael Duarte dos Santos Evaristo. O senhor José Luís Pais Vacas de Carvalho não compareceu.
( Documento anexo à presente Acta).

## II - RENUNCIA AO MANDATO

O senhor **Presidente da Assembleia** Informou, para que conste da Acta, conforme o n.º. 2 do Artº. 7º. do Regimento, de que o senhor Jorge Manuel dos Santos Duarte Rebeca, da CDU, renunciou, em 8 de Julho de 2003, ao mandato.

De seguida, por proposta, o senhor **Presidente da Assembleia** guardou-se um minuto de silêncio pelo falecimento da Deputada Municipal Noémia Bandeira Lopes.

## III - ORDEM DO DIA

**PROPOSTA:**

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município";***

2 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o n.º. 1 do Artº. 79º. do Decreto Lei n.º. 380/99, de 22 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Alteração do PDM de Regime Simplificado – Artº. 9º. n.º. 40 e Revogação da Proposta n.º. 145/2003";***

3 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea q) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, do Relatório sobre ***"Incineradora em Funcionamento no Hospital Amadora - Sintra".***

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia a discussão, e inscreveu-se o senhor Aníbal Ramos.

O senhor **Aníbal Ramos** apresentou uma Proposta de alteração à Ordem do Dia propondo que a Moção sobre o Acidente da IC19 seja incluída na Ordem do Dia em ponto n.º 4.

O senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a Ordem do Dia a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 39 membros presentes.

Lida a proposta de alteração e não havendo intervenções, submeteu-a a votação, sendo aprovada por maioria com 33 votos a favor, 5 contra e 1 abstenção. (Documentos anexos à presente Acta).

**A Ordem do Dia aprovada** foi a seguinte:

**1** – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município";***

**2** – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o n.º. 1 do Artº. 79º. do Decreto Lei n.º. 380/99, de 22 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Alteração do PDM de Regime Simplificado – Artº. 9º. n.º. 40 e Revogação da Proposta n.º. 145/2003";***

**3** – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea q) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, do Relatório sobre ***"Incineradora em Funcionamento no Hospital Amadora - Sintra".***

4 – Apreciação para aprovação, nos termos do Artigo 83º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, do ***"Projecto de Moção sobre Acidente na IC 19".***

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que iria proceder à entrega do produto das senhas de presença na Sessão Solene Comemorativa do 29º. Aniversário do 25 de Abril de 1974 à Associação Portuguesa de Deficientes – Delegação da Amadora e à Associação Cultural de Surdos da Amadora e fez uma intervenção. (Documento anexo à presente Acta).

Os **Presidentes das Associações** usaram da palavra para apresentar os seus agradecimentos à Assembleia Municipal.

## IV– CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante das folhas que se anexam com esse título.

## V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Assembleia,** após as explicações regimentais, abriu as inscrições e pediu a palavra o senhore, Paulo Carlos.

O senhor **Paulo Carlos - ...** manifestou o seu desagrado, e de todos os moradores, se o projecto for aprovado e concretizado.
(Nota: A gravação só teve inicio neste momento).

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu o senhor **Paulo Carlos** de que o requerente Carlos Alberto Dias apenas pediu uma informação prévia, o que não vincula a Câmara. A zona em questão é urbana e para que haja alteração do uso é necessário ter autorização por parte dos proprietários das moradias limítrofes, sendo esta um dos requisitos necessários à viabilização do projecto.

## VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Assembleia** após as explicações regimentais, abriu inscrições e pediram a palavra os senhores José Fernandes, Armando Paulino, Catolino Pinto, Quadrado Rego, Rui Correia, José Teodoro, Carlos Reis, João Paulo Castanheira e Jorge Nunes.

O senhor **José Fernandes** congratulou-se com a reabertura ao público da Zona do Lago, no Parque Central da Amadora, sendo aceitável o estado de limpeza e mostrou o seu agrado, não só com a Zona do Lago, assim como com toda a zona circundante. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara que, futuramente, se tomem medidas para que o estado de degradação do Parque não chegue ao ponto de ruína a que chegou. A Autarquia tem técnicos, pessoal dedicado e se houver sensibilidade estão criadas todas as condições para que os Amadorenses continuem a usufruir daquele belo espaço. Manifestou, ainda, o seu desagrado pela morosidade da intervenção.

O senhor **Paulino Domingos** fez o historial da Deputada Municipal Noémia Bandeira, desaparecida no dia quatro de Setembro. Realçou as suas qualidades, o mérito da sua intervenção, a vontade que punha no que fazia, sendo uma verdadeira Amadorense. Apresentou à Assembleia uma proposta para que fosse votado um Voto de Pesar pelo falecimento da companheira e sugeriu à Câmara que numa futura toponímia da Cidade pudesse ser colocado o seu nome. Fez um apelo à coragem de honrar os eleitos Municipais com as homenagens que eles vão merecendo.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação o Voto de Pesar, que foi aprovado por unanimidade.

O senhor **Catolino Dias Pinto** lamentou uma situação ocorrida em Alfragide. A Assembleia de Freguesia e o Executivo da Junta foram surpreendidos pelas declarações do senhor Engº. Paulo Gomes de que estavam a tentar instalar, na Rua Duarte Carvalhais, uma área de

educação, e que sobre o assunto não tinha o mínimo conhecimento. Referiu ter o senhor Presidente, há cinco anos, exarado um despacho determinando que os Serviços, face à actuação no aspecto urbanístico, nas áreas das Freguesias, as informasse atempadamente. Foi verificado que tal não aconteceu. Mostrou pesar por ter sido deparado com moradores que lhe deram conhecimento duma situação que ele desconhecia, até porque já havia pareceres, ainda que não vinculativas. Questionou a existência, em Alfragide, do Infantário "Júnior" que neste momento está a funcionar e sobre o qual a Junta deu parecer negativo. Nunca teve a informação da passagem do Alvará.

Referiu que o trânsito na Rua da Imprensa é caótico na hora da entrada e saída das crianças, situação amenizada por os autocarros da CARRIS e da VIMECA terem deixado de transitar nessa Rua. Lamentou mais uma vez que a Junta de Freguesia não tenha conhecimento, em tempo oportuno, das actividades possíveis, ou potenciais, que se vão realizar na área da Freguesia.

O senhor **Quadrado Rego** referiu o facto de nenhum eleito da CDU, que são quatro ou cinco, ter estado presente na Sessão Solene comemorativa do 24º. Aniversario da Freguesia da Falagueira e mostrou-se chocado por, assim, nenhum representante da CDU ter usado da palavra quando esta lhe foi concedida

O senhor **Rui Correia**. (Leu um Documento anexo a esta Acta)".

O senhor **José Teodoro** lembrou que na Assembleia de Junho tinha feito uma intervenção, acerca de um problema que deficientes, na sua maioria frequentadores da Escola de Artes Gráficas e Multimédia da Venda Nova, lhe tinham colocado e que consistia na reposição das rampas de acesso aos passeios evitando-se, assim, a circulação pela estrada e o risco de acidentes. Ficou surpreendido por esta semana ter tido conhecimento de que entretanto nada foi feito e solicitou que a Câmara interviesse, tão rapidamente quanto possível, na resolução do problema.

O senhor **Carlos Reis** mencionou que o ano lectivo foi uma desgraça, que a educação anda pelas ruas da amargura e sobre a intervenção do senhor José Teodoro afirmou que é altura de fazer um profundo estudo para a elaboração de projecto de plano de mobilidade para o Concelho da Amadora. Enalteceu a Câmara Municipal, na pessoa do senhor Vereador João Bernardino, pela realização da Feira do Livro da Amadora, que melhorou relativamente ao ano anterior. Congratulou toda a Câmara pela realização do Certame realçando ser positivo falar das coisas boas que acontecem na Cidade.

O senhor **João Paulo Castanheira** referiu ter ouvido com muita atenção todos os discursos que foram proferidos na Sessão Solene comemorativa do Aniversário do Município, em particular o discurso do senhor Presidente da Assembleia Municipal que em parte subscreve.
Referindo-se às criticas feitas sobre as restrições Orçamentais, em termos do endividamento das Câmaras Municipais, impostas pelo Governo, como causa da impossibilidade de resolverem o problema da Habitação, lembrou que esta Assembleia aprovou a contratação de crédito bancário para que não houvesse problemas em 2003. Sente-se chocado ao ver os fogos do Casal do Silva, concluídos e há muitos meses, continuam desocupados.
Questionou o senhor Vereador Gabriel Oliveira sobre uma intervenção feita na Ribeira da Falagueira relacionada com o revestimento dos muros do Parque.

O senhor **Jorge Nunes** enalteceu a intervenção bastante clara do senhor Rui Correia. Sobre a intervenção do senhor Carlos Reis referiu que na Amadora há dois anos que a educação existe, que existe vida nas Escolas e que é ofensivo para a população da Amadora, para as Escolas e para as Associações Culturais - dizer que não há vida na Cidade da Amadora.

O senhor **Carlos Reis** apresentou um protesto referindo não poder deixar de responder ao senhor Presidente da Junta de Alfornelos que vivemos no melhor dos mundos na Amadora e no pior dos mundos a nível Nacional e que já há muitos anos se fala na necessidade de construir a Cidade, e construir a Cidade é construir comunidades.

O senhor **Jorge Nunes** fez um contra protesto para a defesa da sua honra e convidou o senhor Carlos Reis a visitar as Escolas e a estar presente nas iniciativas culturais e educativas do Concelho.

O senhor **Manuel Vieira** referiu que é uma afirmação incorrecta dizer que o Poder Autárquico fomenta um círculo de miséria à volta da Cidade e revela desconhecimento das competências do Poder Local. É da responsabilidade do Governo a distribuição da riqueza competindo à Autarquia a melhoria de vida dos Munícipes. São as políticas dos Governos que produzem o desenvolvimento, a riqueza, ou miséria. O Governo levou a que milhares de famílias neste Concelho, sem condições de pagar casa, ou a renda de uma habitação digna, tivessem que recorrer à construção de barracas. Salientou que as Autarquias podem resolver um conjunto de problemas no sentido da melhoria das condições de vida, mas compete ao Governo a melhoria da situação económica, dos salários, do emprego e do desenvolvimento do País.

O senhor **Presidente da Câmara** iniciou o lote de respostas informando o senhor **José Fernandes** de que quando o lago foi esvaziado foi detectado um problema: o lago não tinha fundo. Há que fazer uma nova empreitada, que não estava prevista, para consolidação do fundo do lago.

Ao senhor **Armando Paulino** informou que a Câmara aceitará a recomendação e irá propor, na devida altura, a atribuição do nome da Deputada Municipal a uma artéria da Cidade.

Ao senhor **Catolino Pinto** disse que quando se trata de um pedido de informação prévia, ou uma alteração, não é feita qualquer comunicação às Juntas de Freguesia.

Relativamente a algumas zonas em que a função habitação mudou para escritórios informou que qualquer alteração de uso tem de ter a concordância dos outros proprietários.

Quanto à preocupação dos moradores transmitida pelo Senhor **Paulo Campos** informou que se todos os proprietários das vivendas que circundam aquela vivenda assinarem haverá aprovação. Não assinando não haverá aprovação da alteração de uso. Sobre o Externato

Júnior informou ser a primeira vez que teve conhecimento, contudo a emissão do Alvará é da responsabilidade do Ministério da Educação e não da Câmara.

Ao senhor **José Teodoro** apresentou as suas desculpas e referiu ter ficado convencido da intervenção no âmbito de uma empreitada de Pleybia que contempla um conjunto de intervenções a fazer em vários pontos da Cidade e que naquela zona se vai proceder ao rebaixamento dos passeios.

Realçou que as pessoas da Amadora portadoras de deficiência não têm um tratamento diferente e que há a preocupação de atender prioritariamente, à redução de um conjunto de barreiras arquitectónicas.

Ao senhor **João Paulo Castanheira** referiu que foram aprovados dois empréstimos para habitação. Um relativo a fogos que estavam em construção e outro a fogos que tinham sido contratualizado e que os respectivos contratos que foram enviados ao Tribunal de Contas.

Informou que o processo do Casal do Silva foi um concurso público, que teve de ser sujeito ao visto do Tribunal de Contas, sem o qual não se poderão efectuar transacções de compra e venda ou contrair empréstimos.

Sobre a Ribeira da Falagueira, informou de que o empreiteiro solicitou a recepção definitiva da obra, que a Câmara não assinou, mantendo-se o impasse e o litígio poderá acabar em Tribunal.

O senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia e deu entrada ao Período da Ordem do Dia.

## VII- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**1** - Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município"***.

O senhor **Presidente da Câmara** prescindiu do uso da palavra para apresentação do Relatório.

O senhor **José Fernandes** referiu a vantagem de interligar este ponto com o ponto de Antes da Ordem do Dia. Retomando o Parque Central referiu que o fundo do lago era para ser em cimento. Manifestou o seu agrado quando o Senhor Presidente referiu que mais intervenções se iriam efectuar o que, embora tardiamente, vai trazer uma mais valia para a Amadora, esperando que estas intervenções sejam céleres.

O senhor **Carlos Jerónimo** congratulou –se com a informação escrita do senhor Presidente da Câmara considerando-a um trabalho muito substantivo. Contestou os que afirmam que a Amadora é um caos. Saudou o Presidente da Assembleia Municipal, António Ramos Preto, por lhe ter sido confiada a missão de presidir ao Centro de Ciência Viva da Amadora. De seguida leu um documento. (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Martinho Caetano** referiu ter ficado perplexo com algumas informações sobre a gestão económica e financeira da Câmara Municipal da Amadora, no âmbito da Actividade da Câmara. O Relatório de Actividades, página 23, mostra a evolução da Tesouraria, entre 30 do 6 a 15 do 9 e tem a seguinte introdução: "O quadro seguinte mostra a evolução das disponibilidades de Tesouraria em cada um dos momentos considerados. De referir, desde já, que o saldo actual das dívidas a fornecedores, ou seja o valor da dívida é de 4 milhões cento e oitenta e oito mil oitocentos e oitenta e um €". Isto é importante porque a seguir vem o detalhe da posição da Tesouraria. O valor líquido em Bancos, a 30 de Junho de 2003, era catorze milhões seiscentos e noventa e quatro mil setecentos e setenta e três € ; a 31 de Junho, dezasseis milhões quatrocentos e trinta e oito mil duzentos e nove €, a 29 de Agosto, dezassete milhões quinhentos e oito mil duzentos e quarenta e sete € e a 15 de Setembro, dezassete milhões duzentos e quarenta e três mil oitocentos e noventa e oito. Se a Câmara Municipal da Amadora pagassem integralmente as dividas a posição de Tesouraria líquida seria, ainda assim, de três milhões e cinquenta e cinco mil € aproximadamente. Sobre o

Centro de Ciência Viva referiu que é uma iniciativa louvável e prestigiante para o Concelho. Referiu que os apoios dados à educação são uma aposta estratégica, considerando a sua situação actual. Referiu que o discurso do senhor João Paulo Castanheira, bem elaborado, continha um conjunto de preocupações Sociais, que comunga, e uma leitura da chamada Lei travão para o individamento dos Municípios.

O senhor **Galhanas da Luz** referiu a importância da informação escrita cujo conteúdo mostra as deliberações da Câmara, os saldos de tesouraria, a evolução das receitas e das despesas, as empreitadas adjudicadas, as empreitadas consignadas.
A actividade da Escola Intercultural das Profissões e do Desporto tem de ser examinada e alterada, devido à grande importância, para este município e para os utentes. Mostrou satisfação quanto às deliberações tomadas pela Câmara e o reconhecimento que foi prestado aos trabalhadores da Sociedade Recreios Desportivos da Amadora. Realçou a abertura do concurso público para a execução da fase do parque urbano da Ribeira da Falagueira, o projecto de regulamento da atribuição de toponímia, o concurso público internacional para o fornecimento diário de refeições nas escolas do ensino básico, 1º ciclo e do pré-escolar. Referiu o melhoramento da iluminação pública, a constituição do agrupamento vertical que envolve as escolas básicas 2 e 3 Roque Gameiro, básica 1 Gago Coutinho, básica 1 Jardim de Infância Terra dos Arcos e básico 1 do Jardim de Infância Vasco Martins Rebolo. Referiu a importância do concurso público para concepção e construção do Centro Lúdico da Mina. Mostrou satisfação quanto ao lançamento do concurso público internacional para o fornecimento e montagem dos pré-fabricados para o Jardim de Infância e ATL do Casal da Mira. Sobre o PROQUAL, a abertura do concurso público de concepção e construção da Escola Intercultural, o espaço para as associações, o centro de dia e o convívio de lazer da Brandoa e o Jardim Luís de Camões. Evocando uma informação do senhor Presidente da Câmara, de que poderiam existir algumas dificuldades no financiamento dos projectos, solicitou esclarecimento sobre a actual situação do desenvolvimento do PROQUAL.

O senhor **Aníbal Ramos** congratulou-se em relação às obras que estão a ser efectuadas no Parque Central e referiu que o normal é os lagos serem de terra porque é a solução mais ecológica e mais ambiental. Só se acimenta o fundo dos lagos quando o fluxo de água é insuficiente para manter o equilíbrio ecológico. Se fosse viável intervir no fluxo, aumentando-o, era preferível o lago não ser acimentado no fundo. Questionou o senhor Presidente sobre a a possibilidade de intervir no aumento de fluxo da água ao lago, que é fundamental, uma vez que existem poços na parte superior do parque. Seguidamente questionou se também vai haver alguma intervenção na zona desportiva do parque, que se encontra muito degradada.

O senhor **Alcides de Matos** contestou o senhor Martinho Caetano, referindo que quando se fala de números tem que se ser sério. Nesse sentido acha que não foi séria a sua intervenção uma vez que não leu as folhas 24 e 25 da informação que são as que mostram a evolução da receita e da despesa do Município. O que se pode ver é que a Câmara teve receitas de cerca de 19 milhões e 700 mil Euros e despesas de 21 milhões e 400 mil euros, dos quais cerca 12 milhões e 300 mil euros foram em despesas correntes o que significa que 42,4% corresponde a despesas de investimento. Sobre a evolução do Saldo de Tesouraria afirma que o senhor Martinho Caetano desconhece que saldo contabilístico não significa saldo disponível já que há saldos comprometidos a diferentes projectos não podendo a Câmara utilizá-los noutras finalidades, nomeadamente no pagamento de dívidas.

O senhor **Rafael Evaristo** congratulou-se com a abertura do Centro de Ciência Viva da Amadora e de haver uma candidatura a algo que é novo, a situação da formação online, o que possibilita que as pessoas em sua casa possam adquirir conhecimentos. Desejou que as pessoas que estão à frente do projecto o consigam dinamizar. Sugeriu a criação de um gabinete de formação aos Serviços, sendo importante haver uma formação periódica, não só técnica, mas também comportamental, nos contactos com os munícipes.

O senhor **Presidente da Câmara** iniciou o lote de respostas e ao senhor **José Fernandes** disse que é assim que se devem de tratar as coisas.

Ao senhor **Carlos Jerónimo** disse que o Centro de Ciência Viva da Amadora, nos termos da respectiva candidatura, é um projecto financiável até 2006 e que a posterior decisão de cancelar os financiamentos, quer do Orçamento de Estado, quer dos Fundos Comunitários, não era aceitável e colocou a questão ao Senhor Ministro que mostrou abertura para a continuação de algum apoio ao projecto que é muito importante para a Amadora. É, contudo, necessário conseguir outras fontes de financiamento, nomeadamente junto do tecido empresarial. Nesse sentido foi já realizado um encontro com empresários, no qual participou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que mostraram disponibilidade para aderir, de pleno direito, à Associação.

Ao senhor **Martinho Caetano** referiu que as dívidas da Câmara tem não são dívidas que estejam vencidas. Sobre o saldo da Tesouraria referiu que existe um conjunto de verbas que não estão disponíveis na Tesouraria, dando três exemplos: habitação, empréstimo das escolas, e outro exemplo, no âmbito da venda de alguns fogos na Boba, cuja mais valia está cativa para o pagamento dos espaços para equipamentos na Boba. Referiu haver uma diminuição de cerca de 30% das receitas, havendo casos em que a diminuição é maior. Em relação aos investimentos, apenas quatro dívidas à Câmara são superiores às da Câmara a terceiros: 8 milhões e meio do IEP; 6 milhões e 200 mil do IEP relativos a habitação; 600 mil do Ministério de Educação respeitantes ao pavilhão Pedro D'Orey da Cunha, e 1 milhão referente ao pavilhão Miguel Torga.

Ao senhor **Galhanas da Luz** disse que no PROQUAL há dois processos que ainda não estão em andamento. No Palácio da Brandoa há um problema com um pequeno anexo que agora surgiu, e que tem dois proprietários com quem se está a negociar um acordo. No mercado a questão prende-se com os aspectos de localização e da obrigatoriedade de concurso. O PROQUAL tem fundos comunitários, mas também fundos de comparticipação nacional. O Governo, que é o responsável pela gestão do Projecto, não conhece ainda as disponibilidades do Orçamento do Estado para o próximo ano. Por isso, como medida cautelar, não são

lançadas novas acções, nomeadamente o Pavilhão Multiusos, sem que se conheçam os recursos financeiros disponíveis.

Ao senhor **Aníbal Ramos** informou ter analisado com os técnicos sobre se deve ou não haver um fundo tratado no lago. Há quem entenda que não e que seria bom aumentar o fluxo da água, mas para isso é preciso ter água e que o fluxo tenha capacidade suficiente. Sobre a questão das margens dos lagos referiu que as opiniões dos técnicos na matéria não é coincidente, o mesmo acontecendo com os ambientalistas. Referiu que a intervenção na outra parte, que foi de carácter urgente, não resolve o problema da intervenção no Parque Central e está a ser feito um projecto, subordinando-se a sua execução às disponibilidades financeiras do Orçamento.

Ao senhor **Rafael Evaristo**, agradeceu a deferência. Quanto à questão das sociedades de informação. Disse que candidatura conjunta é mais vantajosa. Em relação à formação, referiu que continua o investimento nessa área e que espera que o Governo disponibilize, também, programas de formação para funcionários autárquicos.

Ao senhor **Carlos Reis** informou que a feira da Brandoa está muito melhor, está mais limpa, e os pavilhões estão mais arrumados. Sobre a limpeza daquela zona informou de que houve necessidade de recorrer a uma empresa privada, no regime de prestação de serviços, dado a Câmara não ter condições, nomeadamente no período de férias, para efectuar a limpeza.

2 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o n.º. 1 do Artº. 79º. do Decreto Lei n.º. 380/99, de 22 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Alteração do PDM de Regime Simplificado – Artº. 9º. n.º. 40 e Revogação da Proposta n.º. 145/2003"***.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que em Conferência de Representantes dos Grupos Municipais foi decidido não convocar a Comissão de Urbanismo, atenta a simplicidade da alteração que foi proposta pela CCR, e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para que, se assim o desejasse, procedesse à apresentação da proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que a Câmara observou a orientação da entidade que tem a responsabilidade de verificar a conformidade da documentação antes da sua publicação.

O senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições e não havendo quem quisesse usar da palavra a proposta foi posta à votação e foi aprovada por maioria com 30 votos a favor e duas abstenções.(Documento Anexo à presente Acta).

**3** – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea q) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, do Relatório sobre ***"Incineradora em Funcionamento no Hospital Amadora-Sintra".***

O senhor **Presidente da Assembleia** lembrou que esta questão foi suscitada em Sessão da Assembleia Municipal e que, na sua consequência, foi decidido, em sede de Comissão de Ambiente, criar um Grupo de Trabalho que definisse a metodologia a observar no seu estudo e, posteriormente, apresentasse o respectivo resultado a esta Assembleia e deu a palavra à Comissão de Ambiente para apresentar o relatório por elaborado.

O senhor **José Graça** na sua intervenção leu um documento.
(Documento anexo à presente Acta)

O senhor **João Paulo Castanheira** referiu, que a Assembleia Municipal irá solicitar, a um conjunto de entidades, audiências para lhes serem colocadas questões relativas ao funcionamento da incineradora, a saber: O Ministério do Ambiente enquanto organismo público que tutela a política do ambiente em Portugal; O Instituto dos Resíduos, em matéria de resíduos hospitalares, uma entidade com competências; A Inspecção Geral do Ambiente outra entidade com competências nesta matéria, nomeadamente na fiscalização do cumprimento da legislação ambiental e das emissões lançadas para a atmosfera; Os SUCH, empresa constituída pelo Estado para fazer a exploração e a gestão da incineradora; a

Administração do Hospital Fernando da Fonseca, enquanto entidade proprietária do equipamento e, também, as associações ambientalistas que podem de alguma forma complementar o conhecimento em relação a esta matéria. Referiu, também, um conjunto de documentação que é importante solicitar, conhecer o que a incineradora produz, em termos de emissões poluentes para atmosfera, assim como quantidade e o tipo de resíduos tratados naquela incineradora. Propôs a realização de uma visita à incineradora do Hospital, feita em período de laboração normal, que permita dialogar e obter informação junto dos funcionários e que seja solicitada, à Inspecção Geral do Ambiente, a realização de uma auditoria ambiental, rigorosa e detalhada. O Grupo de Trabalho entendeu fixar datas, a título indicativo, que deverão ser respeitadas. Referiu que as audições devem ser marcadas até ao dia 13 de Outubro e que as visitas, que devem ser realizadas no máximo de duas em duas semanas, deverão estar concluídas até a 30 de Novembro.

O senhor **Carlos Reis** salientou que a Amadora é um dos três únicos concelhos do país que tem um equipamento deste género. Elogiou o Grupo de Trabalho e o esforço para apresentarem um documento. Referiu que no futuro terá que haver mais tempo para as coisas virem à Assembleia mais filtradas pela Comissão do Ambiente.

O senhor **Miguel Lourenço** congratulou-se pela forma como decorreu o trabalho e como foram focados problemas realmente importantes para os munícipes da Amadora. Referiu a necessidade urgente de conhecer os resultados das leituras das emissões da incineradora do Hospital. Salientou que se deve organizar rapidamente uma visita ao Hospital e verificar, in loco, o que se está a passar. Realçou a necessidade de se encontrar soluções viáveis e céleres, para os resíduos hospitalares, que estejam de acordo com a segurança de todos.

O senhor **Aníbal Ramos** considerou o documento equilibrado e um instrumento importante de trabalho para que a situação seja analisada, clarificada e encontrada a melhor solução para a resolução do problema da incineradora da Amadora. Realçou que este dossier tem muita relevância, tratando-se de um caso de saúde pública. Referiu um levantamento efectuado há